

Síntese do informe:

Organização Mundial da Saúde lança guia para a Saúde Mental Perinatal.

Nações Unidas - Relatório Tráfico de mulheres e meninas: crises como multiplicador de risco.

Nações Unidas - Relatório Crianças de Ascendência Africana.

Organização Panamericana de Saúde - Erradicação e Ressurgimento da Poliomielite.

UNICEF - Pesquisa sobre Resposta da Educação Nacional ao Fechamento das Escolas pela Covid-19 e guia de resposta.

Relatórios para 77ª AGNU, Saúde Mental Perinatal, Alerta para o Ressurgimento da Poliomielite e Guia de Resposta para o Fechamento de Escolas pela Covid-19

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho

Organização Mundial da Saúde lança guia para a saúde mental perinatal nos serviços de saúde materno-infantil

A gravidez, nascimento e a maternidade precoce, podem ser estressantes para as mulheres e seus parceiros. Como resultado, as mulheres podem passar por um período de saúde mental precária ou testemunhar um agravamento de condições anteriores de saúde mental.

Estima-se que 1 em cada 5 mulheres experimentará uma condição de saúde mental durante a gravidez ou um ano após o nascimento. Entre as mulheres com problemas de saúde mental perinatal, 20% podem ter pensamentos suicidas ou cometer atos de automutilação. Ignorar a saúde mental não só coloca em risco a saúde e o bem-estar geral das mulheres, mas também afeta o desenvolvimento físico e emocional dos bebês.



**Guide for integration of
perinatal mental health in
maternal and child health services**



Sintomas comuns de problemas de saúde mental perinatal:

- Sentimento de tristeza
- Não sentir prazer em experiências ou atividades que já foram apreciadas
- Falta de energia e motivação
- Preocupação excessiva
- Dormir muito ou dormir muito pouco
- Comer muito ou comer pouco

- Dificuldade de concentração
- Dificuldade em tomar decisões
- Sentimento de culpa e desesperança
- Sensação de que algo ruim vai acontecer
- Dores ou dores corporais não específicas
- Sentir-se inútil
- Pensamentos de automutilação ou suicídio
- Sentir-se incomodada por memórias ou sonhos sobre experiências ruins
- Alguns sintomas podem ser mais específicos: não conseguir parar de se preocupar com o bebê, sentir-se incapaz ou sem vontade de cuidar do bebê e pensamentos negativos sobre o bebê

Os serviços de saúde materno-infantil estão em uma posição privilegiada para apoiar as mulheres em sua saúde mental.

Fatores de risco para comprometimento da saúde mental nesse grupo incluem: gravidez na adolescência, experiências ruins durante o parto e nascimento, pobreza, discriminação de gênero, má nutrição, baixo nível educacional, condições físicas ruins/comprometidas, pouco ou nenhum suporte social, desastres naturais, violência de gênero ou outros conflitos, gravidez indesejada, dificuldades de fertilidade e abuso de substâncias.

Os fatores de proteção para saúde mental perinatal são: apoio social forte, com presença e carinho de família, amigos e comunidade; oportunidades educacionais, com possibilidades de frequentar e finalizar sua educação; oportunidades de geração de renda, com possibilidades de pagar por serviços essenciais; experiência positiva no parto, podendo sentir-se informada e em condições sobre tomar decisões sobre seu próprio parto; e qualidade dos serviços de saúde materno-infantil, com profissionais de saúde competentes, que trate as mulheres com respeito e dignidade.

O guia fornece informações destinadas a apoiar os provedores de saúde na identificação de sintomas de problemas de saúde mental e na resposta adaptada ao seu contexto local e cultural, com uma abordagem baseada em evidências, com integração dos cuidados e avaliação do seu impacto. A integração eficaz requer, por exemplo, uma equipe central responsável por supervisão, uma análise da situação e avaliação das necessidades para identificar um pacote viável de intervenções que atendam às necessidades das mulheres durante o período perinatal e treinamento e supervisão adequados da força de trabalho para prestar estes serviços.

O guia é pautado em cinco sessões:

1. Saúde Mental Perinatal - O que e por que é importante?
2. Provisão de Cuidados - Promoção, prevenção e tratamento da saúde mental nos serviços materno-infantil
3. Integração de Programas - Planejamento eficaz para integração dos cuidados de saúde mental perinatal
4. Provisão de Cuidados para Necessidades Específicas - Fornecimento de cuidados inclusivo e personalizado para grupos vulneráveis

5. Monitoramento e Avaliação - Maneiras de garantir que os serviços de Saúde Mental Perinatal sejam eficazes

A Saúde Mental durante o período perinatal representa uma oportunidade única de apoiar as mulheres em um ambiente respeitoso e livre de estigmas, levando ao aumento da frequência e melhor engajamento no cuidado às mulheres e seus bebês e a um maior bem-estar e avanço da sociedade.

Para acessar a notícia, [clique aqui](#) e para acessar o guia, [clique aqui](#).

Nações Unidas - Relatório Tráfico de mulheres e meninas: crises como multiplicador de risco

O tráfico de mulheres e meninas é uma grave violação dos direitos humanos e uma forma de violência contra mulheres e meninas. O número de vítimas de tráfico caiu: 50.000 em 2018 para 45.000 em 2020, em 150 países. O tráfico de pessoas continua a ter um impacto desproporcional em mulheres e meninas. Em 2020, para cada 10 vítimas detectadas globalmente, cerca de 4 eram mulheres adultas e 2 eram meninas. Em 2020, o tráfico para exploração sexual estava entre as formas de exploração mais comuns, sendo 2/3 de mulheres e 1/4 de meninas. A impunidade generalizada e a falta de respostas adequadas ao tráfico continuam sendo um desafio fundamental.

O tráfico de mulheres e meninas continua a ser um problema generalizado, com crises crescentes em todo o mundo criando maiores vulnerabilidades. Embora haja esforços crescentes, eles ainda são limitados. A prevenção é muitas vezes focada em conscientização ao invés da busca por reduzir a demanda por exploração sexual ou abordar os fatores de gênero do tráfico de mulheres e meninas e mudanças nas normas sociais. A abordagem das vulnerabilidades que colocam mulheres e meninas em risco de tráfico e exploração em todos os contextos deve estar no centro dos esforços de prevenção.

Os impactos da pandemia, da emergência climática e dos conflitos contínuos (novos e crescentes) intensificaram a pobreza e a insegurança econômica das mulheres, o que coloca mulheres e meninas em maior risco de tráfico. A deterioração do estado de direito, o deslocamento forçado, a agitação socioeconômica, a separação de famílias e a quebra de serviços criam um risco ainda maior. Como visto durante a pandemia de Covid-19, essas interrupções também oferecem aos traficantes a oportunidade de se envolver em novos meios de exploração e violência, como o tráfico online ou facilitado pela tecnologia.

Apesar do maior impacto do gênero nas crises, as necessidades de mulheres e meninas não são consideradas e priorizadas nas respostas, incluindo maior risco à violência e ao tráfico. As organizações de mulheres têm um papel importante a desempenhar no fornecimento de conhecimento especializado para prevenção e resposta. Acelerar o progresso para eliminar o tráfico de mulheres e meninas requer um foco renovado nestes contextos.

Recomendações:

1. Abordagem de vulnerabilidades nos contextos de crise. O tráfico de mulheres e meninas deve ser reconhecido como uma forma de violência de gênero e os Estados devem estar organizados para garantir que as respostas às crises considerem esse risco de tráfico de mulheres e meninas. Nesse sentido:

- O combate ao tráfico deve estar integrado nas respostas humanitárias e nos planos de ação nacionais sobre Mulheres, Paz e Segurança;
- As intervenções que abordam a vulnerabilidade de mulheres e meninas devem ser priorizadas em situações de crise e respostas humanitárias, como oportunidades de subsistência seguras, proteção social e apoio financeiro;
- Mulheres e meninas devem ter acesso a serviços essenciais em situações de crise, especialmente para sobreviventes de violência de gênero.

No contexto da mudança climática, conforme reconhecido nas conclusões acordadas da Comissão sobre a Situação da Mulher sobre os riscos específicos que incluem mulheres e meninas rurais, migrantes e indígenas, deve-se garantir sua plena participação na tomada de decisões em relação à preparação, resposta e recuperação de desastres relacionados ao clima.

2. Prevenção. Os esforços dos Estados para eliminar o tráfico de mulheres e meninas no longo prazo podem incluir medidas para garantir que os planos de ação e as estratégias de prevenção contra o tráfico incorporem as dimensões de vulnerabilidade de gênero, tais como:

- Investir em educação e programas comunitários que desafiam normas sociais prejudiciais, dominação masculina e promovam direitos sexuais;
- Abordar os fatores econômicos e outros fatores de vulnerabilidade que podem levar mulheres e meninas a buscar oportunidades arriscadas de geração de renda que possam levar à sua exploração;
- Fortalecer as capacidades das equipes de resposta em ambientes para pessoas deslocadas internamente, refugiados ou grandes movimentos migratórios, a fim de melhor identificar potenciais vítimas e garantir a segurança de mulheres e meninas.

3. Resposta:

- É essencial garantir que as sobreviventes do tráfico recebam apoio abrangente e de longo prazo para a reintegração, incluindo capacitação econômica e apoio psicológico que não seja condicionado pela busca da justiça criminal.
- Os Estados podem criar mecanismos para os atores da linha de frente (funcionários de fronteira, polícia, profissionais de saúde etc.), identificarem e interromperem casos suspeitos de tráfico de pessoas.
- Os atores que prestam assistência humanitária no contexto de crises devem ter políticas de tolerância zero para casos de tráfico de mulheres e meninas. As organizações devem comprometer-se a garantir a adequada verificação e treinamento de pessoal e criação de mecanismos de encaminhamento para identificar casos e garantir que os responsáveis enfrentem a justiça.

4. Opções de migração seguras e ordenadas em situações de crise: é essencial facilitar a migração segura e ordenada durante as crises, especialmente através da concessão de vistos temporários, humanitários e de reagrupamento familiar. Tais esforços não devem se limitar apenas aos nacionais dos países afetados, mas a todos aqueles que vivem em situação de crise.

5. O papel da tecnologia no tráfico: Dado o papel crescente da tecnologia na facilitação do tráfico de mulheres e meninas, os Estados podem fortalecer os esforços para detectar e monitorar atividades associadas ao tráfico online. Em particular, entender como as plataformas online, onde o recrutamento ocorre, podem ajudar os Estados a monitorar, sinalizar e encaminhar casos potenciais. Os Estados podem fazer parcerias com empresas de tecnologia, mídias sociais e provedores de serviços de plataformas online para fortalecer os esforços para prevenir o tráfico e aumentar a utilidade destes serviços.

6. Dados: Os esforços de coleta de dados por meio de respostas humanitárias devem incluir ferramentas e metodologias para coletar dados desagregados sobre o tráfico de meninas e mulheres. Os dados devem ser desagregados por idade e sexo e incluir crianças, mas também fornecer informações sobre outros fatores, como deficiências, raça e orientação sexual.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Nações Unidas - Relatório Crianças de Ascendência Africana

O documento contém o relatório do Grupo de Trabalho de Peritos sobre Afrodescendentes em sua 29ª e 30ª sessão, elaborados de acordo com as resoluções do Conselho de Direitos Humanos [9/14](#), [18/28](#), [27/25](#), [36/23](#) e [45 /24](#). Durante sua 29ª sessão, realizada em Genebra em 2021, o Grupo de Trabalho realizou discussões privadas. Em sua 30ª, realizada em Nova York em 2022, o Grupo de Trabalho concentrou-se no tema “Crianças de Ascendência Africana”.

Essa edição do relatório foi dedicada em discutir os direitos humanos por meio da discriminação e desigualdade racial enfrentadas por crianças afrodescendentes em todas as áreas da vida, incluindo na justiça, aplicação das leis, educação, saúde, sistemas de regulação familiar e desenvolvimento, bem como reparação por legados de escravidão, colonialismo e segregação racial.

Conclusões:

- Continuam ocorrendo incidentes contínuos de violência por motivos raciais contra afrodescendentes. A reunião do Grupo ocorreu à sombra de vários atos racistas e violentos chocantes, incluindo:

(a) Em 14 de maio de 2022, em Buffalo, Nova York, um supremacista branco declarado atirou em 13 pessoas em uma loja, matando 10 pessoas de ascendência africana e ferindo outras 3;

(b) Em 24 de maio de 2022, pelo menos 26 pessoas foram mortas em uma batida policial no Rio de Janeiro. A maioria das vítimas identificadas eram jovens afrodescendentes;

(c) Em 24 de maio de 2022, um jovem de 18 anos com uma arma semiautomática invadiu uma escola no Texas e matou 19 crianças e dois adultos;

(d) Em 24 de maio de 2022, no Sergipe, um brasileiro afrodescendente foi torturado e morto pela polícia, que o deteve à força dentro de um veículo policial contendo uma granada de gás viva até sua morte.

Durante a sessão, o Grupo de Trabalho reconheceu o segundo aniversário do assassinato de George Floyd pela polícia nos Estados Unidos, filmado durante protestos contra o racismo.

- A discriminação racial histórica, desde o comércio e tráfico de africanos escravizados e do colonialismo, do apartheid pós-colonial e da segregação, continua a prejudicar crianças afrodescendentes. Um aspecto crítico da experiência dos afrodescendentes na diáspora global é a supervisão e a ruptura das relações familiares pela elite política branca. Famílias afrodescendentes foram separadas pela separação legalizada desde o comércio global de pessoas escravizadas e o acordo internacional de que pessoas afrodescendentes, incluindo crianças, eram propriedade legal para serem traficadas e vendidas. Essa desumanização histórica dos incluiu venda em leilões, estupro sistemático, reprodução forçada, expectativas desumanas de trabalho durante e após a gravidez e criminalização. Essas práticas desumanas foram sustentadas por imagens e narrativas racistas que hipersexualizam as mulheres afrodescendentes, rotulam-nas de imorais e deslegitimam sua autoridade e investimentos em seus próprios filhos e famílias.
- Raízes históricas do uso racializado de sentenças no sistema jurídico penal fundamentam o racismo sistêmico encontrado em diferentes países. Historicamente, o comércio e o tráfico de africanos escravizados e o colonialismo exportaram a hierarquia racial e legalizaram as violações dos direitos humanos dos afrodescendentes globalmente.
- As crianças afrodescendentes enfrentam policiamento mais pesado, incluindo mais prisões, vigilância policial, discriminação racial, revistas íntimas e uso excessivo da força. Falsos estereótipos raciais de criminalidade, culpabilidade e periculosidade influenciam a tomada de decisões pelo pessoal do sistema legal, incluindo o mito particularmente prejudicial do “superpredador”. O racismo sistêmico fica evidente no contraste entre as respostas punitivas experimentadas por crianças afrodescendentes e crianças brancas.
- A reforma política na regulação familiar e nos sistemas de justiça juvenil não conseguiram interromper os abusos e violações comprovados e sistemáticos dos direitos das crianças afrodescendentes, aumentando os danos e os riscos.
- Os sistemas legais juvenis encarceram crianças afrodescendentes de forma desproporcional quando comparado à crianças brancas.

- Observa-se limitações, preconceitos e discriminações em inteligência artificial, incluindo tecnologia de reconhecimento facial para aplicação da lei, com impacto negativo em crianças de ascendência africana.
- Embora a alfabetização múltipla seja um fator-chave para o desenvolvimento bem-sucedido das crianças, as crianças afrodescendentes são muito frequentemente socializadas para adquirir uma cultura de dependência e status inferior em uma hierarquia racializada. A educação é um dos instrumentos de discriminação racial sistêmica que deve ser repensado para que o racismo, o preconceito e a discriminação sistêmicos sejam desmantelados.
- As crianças afrodescendentes são confrontadas com barreiras racializadas que provocam a transmissão intergeracional da pobreza e estresse traumático baseado na raça, falta de acesso ao mais alto padrão possível de saúde física e mental e criminalização. Para as crianças afrodescendentes, os estereótipos raciais negativos geralmente prevalecem sobre a idade, negando-lhes as proteções sistêmicas concedidas às outras crianças.
- A pandemia do COVID-19 reverteu os ganhos obtidos na saúde, educação e transformação econômica das crianças, com um impacto desproporcional nas crianças afrodescendentes.
- Crianças afrodescendentes enfrentam censura de penteados, fala e sotaque, linguagem, aparência e hobbies em espaços destinados a promover e apoiar seu desenvolvimento, prejudicando sua autoestima e onerando seus direitos. Penalizar a aparência distinta, os costumes culturais e o modo de vida das crianças afrodescendentes constitui discriminação racial.
- Crianças afrodescendentes enfrentam discriminação com base em suas múltiplas identidades, incluindo raça, etnia, gênero, orientação sexual, deficiência, classe social, religião e outros fatores. Por exemplo, crianças e jovens LGBTQI+ de ascendência africana enfrentam múltiplas formas de discriminação.
- Estados que não coletam dados racialmente desagregados tornam as crianças afrodescendentes ainda mais invisíveis.
- A justiça reparatória é um meio e um fim para a sobrevivência, desenvolvimento, proteção e participação das crianças afrodescendentes. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho continua a focar e reorientar sua atenção para reparações. Em sua 18ª sessão, realizada em 2016 em Genebra, o Grupo de Trabalho endossou um plano para justiça reparatória. As reparações são necessárias devido a séculos de políticas e práticas prejudiciais aos afrodescendentes. As reparações podem assumir diferentes formas e formatos dependendo do contexto do país e da situação, mas devem sempre ser fundamentadas nas visões, no design, na consulta e na participação da comunidade.

Recomendações:

- Iniciativas antirracismo lideradas por jovens afrodescendentes devem ser incentivadas, apoiadas e protegidas.
- As políticas que afetam crianças e jovens afrodescendentes devem ser desenvolvidas com sua participação e inclusão.

- Os Estados devem reduzir ao máximo a presença da polícia na vida das crianças afrodescendentes, com uma abordagem de saúde pública, protegendo contra a discriminação pelo sistema de justiça - usar as disparidades raciais existentes como guia de ação, com investigações imparciais e presunção de inocência.
- A intervenção do Estado, se houver, deve ser amiga da criança, apoiada nas famílias e comunidades, informada sobre traumas e multidisciplinar.
- Os Estados-membros devem investir na coleta e divulgação de dados desagregados por raça a fim de permitir uma melhor compreensão da complexidade e magnitude dos desafios enfrentados pelas crianças afrodescendentes, além de contribuir com a organização de projetos e políticas transformadoras e inclusivas.
- Os Estados devem garantir que as crianças afrodescendentes sejam protegidas contra discriminação racial (direta ou indireta), estigmatização, violência psicológica e física e bullying. Os Estados devem garantir que os alunos aprendam em ambientes livres de atitudes racistas ou hostis de professores e colegas. Estereótipos raciais negativos e imagens em materiais didáticos são um exemplo concreto de racismo sistêmico. Exige-se igualdade de acesso à educação de qualidade em todos os níveis, respeito pelas diferenças de aprendizagem e igualdade de resultados.
- Os Estados devem revisar e desenvolver currículos e materiais didáticos específicos que respeitem e reconheçam a história, incluindo a escravidão, o comércio de africanos escravizados e as contribuições dos afrodescendentes. Esses currículos devem ser incorporados à educação formal e informal nos níveis de educação infantil, primária, secundária, pós-secundária e de adultos. Os afrodescendentes devem ter a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de tais currículos.
- Os Estados devem reconhecer e promover a distinção das crianças afrodescendentes, incluindo seus cabelos e outras expressões de sua identidade racial e cultural, como código de vestimenta, idioma e música.
- Os Estados devem reconhecer sua obrigação de apoiar o direito das crianças à vida familiar com seus pais sob a Convenção sobre os Direitos da Criança, inclusive preservando a estrutura familiar ou fazendo esforços para reunir famílias separadas por meio de ação judicial ou em nome da proteção da criança. Os pais que enfrentam investigações, remoções de crianças ou rescisão dos direitos dos pais devem ter acesso a um advogado culturalmente competente e gratuito. As crianças afrodescendentes devem ter acesso a guardiões legais culturalmente competentes de sua própria cultura. As políticas para a revisão imediata das decisões de remoção, incluindo audiências, devem ser públicas e disponíveis em todos os idiomas. Medidas claras e articuladas para o retorno de crianças removidas devem estar disponíveis para as famílias.
- Os Estados devem limitar os caminhos do sistema de justiça juvenil por meio da descriminalização de delitos menores, incluindo delitos, bem como violações como evasão escolar, fuga, mendicância e invasão de propriedade, que resultam da pobreza, falta de moradia, violência familiar e adolescência.
- Os Estados devem regular cuidadosamente o uso de instrumentos de risco, reconhecimento facial, vigilância e outras tecnologias de inteligência artificial, ou correm o risco de classificação errônea de afrodescendentes com base em sua raça. Os Estados devem garantir que as avaliações de risco não incluam dados do sistema de

policiamento e justiça de épocas em que o preconceito racial foi incorporado às políticas e práticas.

- A fim de alcançar significativamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, deve-se fazer uma análise racializada e reconhecer os fundamentos históricos da privação econômica devido à escravidão, perda intergeracional de oportunidades, exploração atual e a incapacidade de emancipação devido a estruturas e sistemas que criam efeitos negativos e deletérios na saúde, educação, desenvolvimento e oportunidades.
- Os Estados devem dismantelar as leis discriminatórias que restringem a autonomia corporal e limitam o acesso à saúde sexual e reprodutiva para meninas adolescentes afrodescendentes e reconhecer o impacto racial de tais políticas. Serviços de qualidade, fundamentados em modelos culturalmente apropriados, devem ser padronizados.
- Todas as estratégias para “reconstruir melhor” após a pandemia de COVID-19 devem abordar especificamente a situação das crianças afrodescendentes, que geralmente estão entre as mais afetadas.
- As reparações devem ser pautadas por garantias processuais, em particular a participação de afrodescendentes. Os Estados Membros devem considerar o [Plano de 10 Passos para Justiça Reparatória](#), adotado pela CARICOM e, em particular, reconhecer e pedir desculpas por erros históricos e contemporâneos contra crianças e afrodescendentes, fazer restituição material, devolver bens e reformar leis, políticas, programas e procedimentos como linha de base para garantir a justiça reparatória.
- Os Estados devem priorizar iniciativas de desenvolvimento econômico abrangentes, integrados e holísticos que:

(a) centralizar os povos marginalizados na estrutura de liderança e desenho dos projetos;

(b) investir no desenvolvimento de cooperativas entre comunidades afrodescendentes;

(c) facilitar trocas de informações e recursos que tornem as cooperativas para afrodescendentes mais resilientes e mais capazes de gerar riqueza para seus membros e comunidades; e

(d) construir a solidariedade entre os afrodescendentes e outras comunidades minoritárias. Esses esforços também devem garantir a responsabilidade corporativa.

- Organizações internacionais e Estados devem estabelecer iniciativas, incluindo bolsas de estudo e programas de bolsas, para capacitar crianças e jovens afrodescendentes que são apoiados por canais formais e informais. Esforços especiais devem ser feitos para garantir que tais iniciativas não perpetuem o racismo sistêmico.
- Os Estados devem reconhecer a importância e garantir a proteção e promoção dos direitos humanos das crianças afrodescendentes.

Para acessar o site do Grupo de Trabalho, [clique aqui](#). E para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Para acessar os 10 Passos para a Justiça Reparatória, [clique aqui](#).

Organização Panamericana de Saúde - Erradicação e Ressurgimento da Poliomielite

Como a diminuição das taxas de vacinação deixa países suscetíveis à poliomielite e outras doenças evitáveis - O vírus da pólio foi detectado entre as comunidades não vacinadas em Nova York. Diante disto, a Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Carissa Etienne, pediu aos países que reforcem urgentemente a vigilância e as campanhas de vacinação de rotina.

Embora os Estados Unidos tenham dado uma rápida resposta após a detecção, a pólio é uma doença que estava erradicada desde 1979 e desde 1991 na Região das Américas. As taxas de vacinação decrescentes, agravadas pela pandemia da COVID-19, deixaram muitas populações desprotegidas.

A poliomielite, comumente chamada de pólio, é uma doença altamente contagiosa causada pelo poliovírus selvagem que pode se espalhar rapidamente entre comunidades com cobertura vacinal insuficiente. Não é uma doença tratável, mas é totalmente evitável com vacinas. No entanto, atualmente, a cobertura vacinal caiu abaixo de 80% em quase toda a América do Sul e 12 países da região correm risco alto ou muito alto de sofrer um surto.

A diretora da OPAS, insiste para que os países da região intensifiquem suas campanhas de vacinação para COVID-19, particularmente no Caribe, onde várias ilhas estão ficando para trás. Isso inclui medidas de saúde pública que devem ser promovidas principalmente em locais onde muitos permanecem não vacinados ou onde os casos estão aumentando.



Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#) e [clique aqui](#). Para outras informações sobre Poliomielite, [clique aqui](#).

UNICEF - Pesquisa sobre Resposta da Educação Nacional ao Fechamento das Escolas pela Covid-19.

As interrupções globais na educação causadas pela pandemia da COVID-19 não têm precedentes na história da educação de massa. Essas interrupções resultaram em perdas substanciais de aprendizado em todo o mundo. Além disso, as taxas de abandono escolar aumentaram em alguns países, juntamente com casamento precoce, gravidez precoce, trabalho infantil e problemas de saúde mental.

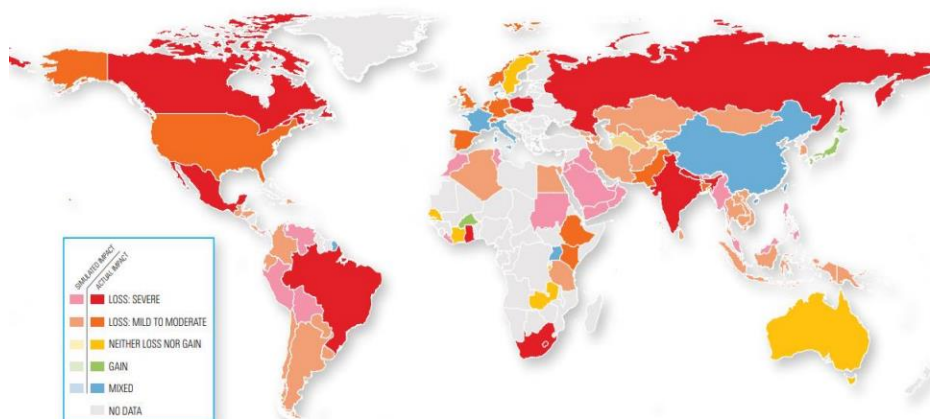
Esses impactos negativos ocorreram em um contexto de pobreza de aprendizagem já alta: as estimativas sugerem que em países de baixa e média renda, a taxa de pobreza de aprendizagem - a porcentagem de alunos que não conseguem ler e entender um texto simples aos 10 anos - aumentou de 57% em 2019 para 70% hoje. Para evitar um impacto permanente na acumulação de capital humano desta geração, os países precisam se concentrar em reverter essas perdas e acelerar o aprendizado.

Entre abril e junho de 2022 foram coletadas respostas dos Ministérios da Educação de 93 países a fim de explorar e entender como eles estão progredindo nas ações para recuperar o aprendizado e construir sistemas educacionais melhores para alcançar o ODS 4. O resultado apontou que as profundas interrupções na aprendizagem e no bem-estar geral das crianças, exacerbou a crise de aprendizagem pré-existente.

Crianças de todo o mundo perderam muito tempo em sala de aula. Estima-se que o fechamento de escolas relacionado à pandemia interrompeu a educação para mais de 1,6 bilhão de crianças em 188 países. Globalmente, de fevereiro de 2020 até fevereiro de 2022, os sistemas educacionais estavam, em média, totalmente fechados para ensino presencial 141 dias, com as crianças mais pobres afetadas desproporcionalmente. Enquanto alguns países reabriram rapidamente as escolas, muitos mantiveram todas as escolas totalmente fechadas para períodos excepcionalmente longos como no sul da Ásia, América Latina e Caribe, e no Oriente Médio e Norte da África.

Perdas no aprendizado foram observadas em todo o mundo:

Learning losses have been observed around the world



Source: *Where are we on Education Recovery?* UNICEF, UNESCO and World Bank, 2022. Based on 65 studies reporting simulated (lighter shades) and actual observed (darker shades) learning losses/gains, covering a total of 104 countries and territories.

UNICEF, UNESCO, Banco Mundial e OCDE organizaram um guia em conjunto para lidar com as perdas de aprendizado causadas pela pandemia com base em cinco ações políticas baseadas em evidências, chamado de RAPID Framework:

Framework: Establishing a learning recovery program



Reach every child and keep them in school



Assess learning levels regularly



Prioritize teaching the fundamentals



Increase the efficiency of instruction including through catch-up learning



Develop psychosocial health and wellbeing

1. Alcançar todas as crianças;
2. Avaliar a aprendizagem;
3. Priorizar os fundamentos;
4. Aumentar a eficiência da instrução;
5. Desenvolver a saúde e o bem-estar psicossocial.

Dada a magnitude do desafio, a recuperação da aprendizagem deve ser transformacional para ser eficaz e sustentável. Portanto, o relatório também oferece orientações e medidas políticas de longo prazo para a transformação da educação.

Para ler o sumário executivo, [clique aqui](#). Para acessar o guia completo, [clique aqui](#).

